



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

Centro de Ciências de Imperatriz - CCImp
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCImp
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / SOCIOLOGIA**

Luciano Oliveira Leite

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM OLHAR SOBRE O PESQUISADOR DE
MERCADO EM IMPERATRIZ- MA**

Imperatriz
2023



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

Centro de Ciências de Imperatriz - CCImp
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia

LUCIANO OLIVEIRA LEITE

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM OLHAR SOBRE O PESQUISADOR DE MERCADO EM IMPERATRIZ- MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão como pré-
requisito à obtenção do grau de Licenciado em
Ciências Humanas / Sociologia.

Orientador: Prof.º Dr. Agnaldo Silva

Imperatriz
2023



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

Centro de Ciências de Imperatriz - CCImp
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos
pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Leite, Luciano Oliveira.

Precarização do trabalho: um olhar sobre o
pesquisador de mercado em Imperatriz- MA / Luciano
Oliveira Leite. - 2023.

22 p.

Orientador(a): Agnaldo José da Silva.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade
Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Mercado. 2. Precarização. 3. Terceirização. 4.
Trabalho. I. Silva, Agnaldo José da. II. Título.



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

Centro de Ciências de Imperatriz - CCImp
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia

LUCIANO OLIVEIRA LEITE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas / Sociologia do Centro de Ciências Sociais Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção de título de licenciado em Ciências Humanas / Sociologia.

Aprovado em: _____/_____/_____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Agnaldo Silva
(Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Mª. Claudia Silva Lima
(Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Manoel Pinto Santos
(Examinador)
Universidade Federal do Maranhão



RESUMO

O presente artigo analisou as condições de trabalho do “pesquisador de mercado”, classificado como trabalhador precarizado, nessa nova conjuntura em que o capitalismo se encontra aos moldes de um mercado cada vez mais competitivo. O método utilizado nesta pesquisa foi o bibliográfico ancorado no meu relato de experiência como alguém que atuou nessa atividade. Nesse propósito fundamentado nas contribuições de Marx (2008); Alves (2011; 2013); Antunes e Alves (2004) que trabalharam conceitos como capital e trabalho, terceirização e acumulação flexível do capital, mutação e precarização do trabalho apresentei uma reflexão das transformações históricas do trabalho, fazendo relação também com o contexto econômico e trabalhista de Imperatriz. A última parte do texto, relacionando também com os autores citados acima, dediquei para análise a condição de trabalho do pesquisador de mercado ante essa nova conjuntura econômica. Nesta parte da pesquisa também apresento um relatório onde a partir da minha experiência mostro minhas condições de trabalho caracterizada por baixo salário, ausência de direitos trabalhista e situação de risco apontam para uma situação de trabalho precarizado.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Mercado. Terceirização.

ABSTRACT

This article analyzed the working conditions of the “market researcher”, classified as a precarious worker, in this new context in which capitalism finds itself in the mold of an increasingly competitive market. The method used in this research was the bibliographic one anchored in my experience report as someone who worked in this activity. In this purpose based on the contributions of Marx (2008); Alves (2011; 2013); Antunes and Alves (2004) who worked on concepts such as capital and work, outsourcing and variable variables of capital, mutation and precariousness of work, presented a reflection of the historical transformations of work, also relating to the economic and labor context of Imperatriz. The last part of the text, also relating to the authors mentioned above, I devoted to analyzing the working condition of the market researcher in the face of this new economic situation. In this part of the research I also present a report where, based on my experience, I show my working conditions characterized by low salary, lack of labor rights and a risk situation for a precarious work situation.

Keywords: Work. Precariousness. Marketplace. Outsourcing.

INTRODUÇÃO

Sabedores que o trabalho é uma categoria inerente ao ser humano, pois o trabalho tem por finalidade suprir as necessidades básicas para reprodução existencial de um indivíduo ou sociedade, busquei compreender como o trabalhador “pesquisador de mercado”, classificado como trabalhador informal, está inserido nessa nova conjuntura em que o capitalismo se encontra aos moldes de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Desse modo, o objetivo principal desse estudo foi investigar por intermédio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa as condições de trabalho do pesquisador de mercado à luz das minhas experiências como alguém que atuou na área durante cerca de um ano, quando trabalhei na empresa GERP Soluções LTDA, contratada da Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV) para prestação desse tipo de serviço.

O que me levou a escolher esse objeto de pesquisa foi minha experiência profissional como pesquisador de mercado aqui mesmo na cidade de Imperatriz. Além da atuação como profissional da área, minha afinidade com a disciplina “Sociologia do trabalho” ofertada no curso de Ciências Humanas - Sociologia foi outro fator determinante para a escolha desse objeto de pesquisa.

É importante pontuar esse estudo na nova conjuntura econômica de flexibilização do capitalismo e precarização do trabalho, sobretudo pelo fato de que o pesquisador de mercado é classificado como trabalhador informal que atua no ramo da prestação de serviços. Entender os desdobramentos que envolvem a atuação do trabalhador informal, tanto quanto a ação do mercado com relação a uma possível supressão dos direitos e garantias instituídos por lei foi o que justificou essa pesquisa.

Para fundamentar nosso olhar mais analítico sobre o tema me utilizei das contribuições de Marx (2008); Alves (2011; 2013) e Antunes e Alves (2004). Nesses textos esses respectivos autores discorrem sobre temas como: capital e trabalho, terceirização e acumulação flexível do capital, mutação e precarização do trabalho. Esses são os principais conceitos utilizados nessa pesquisa e que lança luz sobre esse fenômeno no mundo do trabalho abordado nesse artigo que nos ajuda a entender desdobramentos que envolvem a atuação do trabalhador informal, tanto quanto a ação do mercado com relação a uma possível supressão dos direitos e garantias instituídos por lei.

Como este estudo foi realizado na cidade de Imperatriz, Maranhão, é muito importante destacar os trabalhos realizados por Franklin (2005; 2008) e Borges, Carniello e Tadeucci

(2014) como referências que nos ajuda a entender o contexto socioeconômico da cidade de Imperatriz para então fazermos a relação da situação de Imperatriz com os conceitos e teorias que estão na fundamentação desse trabalho.

Esse trabalho adotou o método bibliográfico ancorado num estudo de caso a partir da minha trajetória e experiência como pesquisador de mercado nesta cidade e está dividido em três partes onde na primeira parte abordamos as concepções de trabalho e seu desenvolvimento ao longo da história; na segunda temos uma breve análise do contexto econômico e trabalhista de Imperatriz e o terceiro tópico é onde tratamos sobre as condições de trabalho do pesquisador de mercado e seu lugar nessa nova conjuntura econômica e do mundo do trabalho.

1. O TRABALHO E SUAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA

A partir da concepção de Marx (1996) entende-se o trabalho como toda ação humana física e/ou intelectual que vise um meio de se possibilitar a perpetuação da existência a partir da realização de necessidades básicas para a existência de um indivíduo ou grupo social. Esse conceito é a base do que vem a se chamar o trabalho, como uma característica inalienável do ser humano.

O trabalho, portanto, é tudo o que o ser humano faz que lhe traz alguma ocupação física ou intelectual e está diretamente relacionado a suprir alguma necessidade de reprodução de sua existência. O trabalho, portanto, não é uma categoria que deve ser analisada apenas a partir de uma relação de produção entre um servo e um senhor conforme visto no modo de produção feudal, ou entre um empregado e um patrão conforme vemos no modo de produção capitalista. Ele deve ser visto na verdade como uma categoria ontológica, própria do ser humano. Na definição de Marx (1996, p. 297) o trabalho, portanto é,

Antes de tudo [...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Entretanto, o trabalho enquanto categoria humana sofreu transformações ao longo do processo de desenvolvimento da sociedade ocidental. Nesse sentido, a história do trabalho nos mostra que transformações significativas atingem a sociedade não apenas quando há a passagem de um modo de produção a outro, mas também no interior de cada modo de produção. De acordo com Marx (1996) as relações sociais de produção assumem um caráter mais estático e menos dinâmico do que o desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade, mas mesmo assim a forma como os homens se organiza para produzir suas riquezas está em constante mudança.

Desde as comunidades primitivas, sendo elas nômades ou já sedentarizadas em um território, ou as sociedades ditas mais desenvolvidas como a Grécia Antiga ou o período medieval, passando pela modernidade onde a sociedade é tida como complexa e industrializada, até o atual momento, marcado pela revolução digital, o trabalho e o trabalhador apresentam diferentes significados e concepções.

Na configuração social da Grécia Antiga os cidadãos não viam o trabalho com força física como uma ação digna para eles, pois quem desempenhava tais funções eram os escravos e animais, logo, qualquer trabalho que um cidadão desempenhasse que exigisse trabalho braçal não era respeitável, a não ser o intelectual (SILVA, 2012).

Os camponeses do período medieval por sua vez tinham no senhor feudal sua única fonte legal de subsistência, o qual lhes obrigava a uma relação que consistia em trabalhos servis a serviço do seu senhor, tornando o trabalho braçal um ofício apenas para servos e camponeses, pois os mesmos plantavam nas terras do senhor e pagavam a parte que era cabida ao senhor, dando-lhe parte significativa da produção, lhes sobrando o suficiente apenas para a subsistência. Sendo assim, mais uma vez o trabalho físico era desempenhado por pessoas que não eram vistas como dignas reconhecimento por sua função.

No sistema capitalista o trabalho assumiu uma forma social diferente e foi baseado no assalariamento do trabalhador por uma classe que detém os meios de produção. As transformações e crises que o modo de produção capitalista atravessou ao longo da história contribui diretamente para a alteração das formas de trabalho da classe trabalhadora. Essas transformações não se tratam de um fenômeno isolado ou local, antes representa a própria lógica que o modo de produção impõe a partir de sua própria reestruturação. Essa reestruturação pode ocorrer tanto a partir da inovação tecnológica inserida no mundo da produção como também a partir da própria lógica de acumulação do capital que vai se flexibilizando.

No Brasil foi a partir da década de 80 do século XX que houve uma grande alteração na forma como o capitalismo operacionalizava sua produção. De acordo com Ricardo Antunes,

Começamos enumerando algumas das mudanças e transformações ocorridas nos anos 1980. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários [...]. Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 1995, p. 15, 16).

Com isso entendemos então que ao analisar as tendências de mercado e as novas formas de gestão e emprego, compreende-se que as tecnologias informacionais estão em um processo acentuado de transformação dos modelos das relações de trabalho. A flexibilização das relações trabalhistas influencia e dá sustentação às novas exigências de mercado, e as novas exigências de mercado constituem uma nova conjuntura socioeconômica que demanda novos perfis de trabalhadores para as novas gerações.

O dinamismo dos negócios provocados pela inovação com ciclos cada vez mais curtos bem como as perspectivas de uma relação muito mais propositiva com o trabalho e com as marcas e o fato das tecnologias ser cada vez mais do tipo commodity¹, podem permitir uma maior liberdade para que esse trabalhador possa trabalhar em projetos em tempos supostamente programados por este, transformando as relações de trabalho.

Essas transformações que já haviam se mostrado a partir da inserção do fordismo, são alteradas quando o Toyotismo se insere como o mais novo modelo e padrão no processo de produção. Para os detentores do capital essas transformações são bastante interessantes uma vez que elas têm como principal projeto o aumento do lucro por meio da implementação de técnicas que fazem com que o processo produtivo seja mais eficaz. Elas não ocorrem, portanto, visando melhorar a vida do trabalhador, mas, acima de tudo para fazer com que a produção ocorra de maneira mais inteligente, trazendo mais lucro para a empresa.

¹Commodity é um produto básico comercializado em larga escala em estado bruto ou com baixo grau de industrialização. Geralmente destinado ao mercado externo, a commodity (mercadoria, em português) serve como matéria-prima para a produção de outros bens. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/commodity/>. Data de acesso 19/03/2022).

Por outro lado, a classe trabalhadora sofre inúmeras consequências negativas provenientes dessas transformações, afetando diretamente suas vidas nos mais variados aspectos. No âmbito dos direitos trabalhistas, conforme afirma Antunes, ocorre o que ele chama de desregulamentação e flexibilização para que haja uma melhor adaptação da classe nessa nova fase do capital, ocorrendo conseqüentemente anulação de direitos trabalhistas historicamente conquistados (ANTUNES; ALVES, 2004).

Além dessas percas de direitos trabalhistas vai haver também demissão em massa de trabalhadores uma vez que a flexibilidade na produção não vai exigir muita mão de obra para o processo; exige-se também uma maior qualificação do trabalhador na operacionalização de máquinas; o trabalhador em função da redução de mão de obra vai ser mais utilizado em várias funções na produção, sem com que o estranhamento seja necessariamente esquecido.

A reestruturação do capital teve suas consequências e um dos maiores prejuízos causados para a classe trabalhadora é o que ficou conhecido como precarização do trabalho. De acordo com Alves (2009, p. 189) essa precarização é a “[...]intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego em massa”. Nesse sentido o trabalhador não se sente mais dentro de um coletivo chamado proletariado. Sua luta pode ficar fragmentada tendo em vista também a questão da terceirização e a força de articulação é enfraquecida.

O capital historicamente tem atravessando grandes processos de reestruturação seja pela crescente mudança tecnológica que caracteriza a sociedade de mercado ou pelas crises que lhes são inerentes. Diante disso quem mais perde é a classe trabalhadora que depende do trabalho para sua sobrevivência, mas se vê totalmente presa às amarras do capital.

O medo de perder o emprego ou de não conseguir suprir as necessidades elementares de sobrevivência tanto de si como de sua família faz com que muitos trabalhadores se submetam ao trabalho informal. No Brasil, o trabalho informal é um problema estrutural de longa data. Conforme Costa,

Desde muito cedo, dos primórdios da formação de um mercado de trabalho livre no país, parcela considerável da população ativa, sobretudo a de cor, jamais conseguiu se incorporar ao mercado de trabalho e, num momento subsequente, já sob os auspícios de uma economia industrial, a regulamentação desse mercado deixou também de fora os trabalhadores rurais e muitas categorias de trabalhadores urbanos (COSTA, 2010, p.171).

Conforme essa autora, esse problema se agravou na década de 1990 com o processo de reestruturação do capital e a flexibilização dos vínculos e regimes de trabalho. Num contexto de demissão em massa e de crise estrutural do capital, com altos índices de desempregados e de todo tipo de trabalho precarizado, o horizonte que se abre para muitos trabalhadores, de ambos os sexos, é o trabalho informal, como é o caso do pesquisador de mercado, objeto deste estudo.

2. BREVE ANÁLISE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE IMPERATRIZ

A cidade de Imperatriz é o segundo polo econômico mais importante do estado do Maranhão, ficando atrás somente da capital São Luís. Essa posição lhe garante também uma influência em pelo menos outras oitenta cidades da região, incluindo cidades do seu próprio estado, e também dos estados do Pará e Tocantins, e abrangendo uma população estimada em cerca de dois milhões de habitantes. Dada sua importância econômica para a região, a Prefeitura Municipal de Imperatriz (2010, p. 28) afirmou que:

Imperatriz está em um cruzamento entre a soja de Balsas, no Sul do Maranhão, a extração da madeira na fronteira do Pará, a siderurgia em Açailândia e a agricultura no resto do Estado, com destaque para a produção de arroz e também das futuras potencialidades como a produção de energia e celulose com a implantação da hidroelétrica de Estreito e da fábrica da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz.

Ainda assim vale ressaltar que a economia de Imperatriz ao longo de sua história foi baseada em “ciclos econômicos”, os quais apontam para uma descontinuidade no desenvolvimento e efetivo planejamento da cidade. Isso pode ser observado pelo fato de que ao longo do seu processo de urbanização tiveram pelo menos oito ciclos econômicos, como nos conta Borges, Carniello e Tadeucci (2014, p. 03):

Isso pode ser comprovado, quando se verifica que a cidade, com apenas 161 anos de existência, vivenciou pelo menos oito ciclos econômicos, dos quais, cinco: da borracha, da castanha, dos garimpos de cristal e diamante, o da madeira e o ciclo do ouro estão relacionados ao extrativismo de produtos vegetais e minerais. Dois deles, o ciclo do gado e do arroz são frutos da atividade agropecuária, ainda rudimentar. De todos esses ciclos, dois deles resultaram em um processo de industrialização: o ciclo do arroz e o ciclo da madeira, cujo processo foi importante, mas efêmero, uma vez que ambos dependeram da forma como foram utilizados os recursos naturais. No primeiro caso, o uso do solo. No segundo, o uso de essências vegetais que representavam valor comercial. Nos dois casos tais recursos foram utilizados de forma predatória, de modo que não foram observados critérios de sustentabilidade e tais ciclos foram efêmeros.

Essa ausência de um modelo definido pode ser caracterizada pelo mesmo motivo que a torna a segunda maior cidade do estado do Maranhão em termos de faturamento e população, a saber: sua localização geográfica, pois em meio a tantas demandas regionais não conseguiu consolidar efetivamente um modelo econômico mais duradouro.

O processo de urbanização da cidade e o seu crescimento demográfico foi facilitando a chegada de várias empresas que contribuíram para importantes modificações no mundo do trabalho. Nesse sentido é importante considerarmos que o setor terciário da economia vem contribuindo para o crescimento econômico da cidade.

Nesse sentido nos cabe uma breve reflexão sobre o que vem a ser o setor terciário e qual sua relação com a terceirização de serviços e em como isso influenciou diretamente na relação do prestador de serviços pesquisador de mercado com o próprio mercado em si em Imperatriz- MA.

A terciarização no contexto econômico de Imperatriz

A terciarização tem a ver com o crescimento do setor terciário. Para entendermos como funciona esse setor da economia é importante perpassar pela dinâmica dos setores, pois o setor primário, que é o setor da agricultura, como vimos no ciclo da borracha, da castanha, dos garimpos de cristal e diamante, o da madeira e o ciclo do ouro estão relacionados ao extrativismo de produtos vegetais e minerais que empregava a maior quantidade de pessoas.

Porém, conforme foi havendo a modernização agrícola e a monocultura do eucalipto, menos empregos passaram a ser ofertados nesse setor da economia, levando os trabalhadores para o setor secundário. Em Imperatriz está em destaque nesse setor de produção industrial a multinacional Suzano que opera na fabricação de papel e celulose. Porém ainda assim o setor secundário não foi e não é capaz de suprir a questão de empregos na cidade de Imperatriz.

A terciarização, que vem a ser, o setor de serviços e comércio, tem se mostrado um importante setor da economia imperatrizense que dinamiza a oferta de empregos no mercado de trabalho da cidade. Entretanto, o próprio setor terciário também passa por modernização levando-o ao mesmo problema dos outros dois setores, o primário e o secundário, que é a incapacidade de comportar as demandas de emprego para os trabalhadores que em muitos casos já migraram de outros setores em busca de novas possibilidades.

Essa modernização compreende também o prestador de serviço que atua na pesquisa de mercado, que tem que saber utilizar ferramentas tecnológicas atuais, como tablets, celulares e um aplicativo robô autoexplicativo. Vale ressaltar que, como o setor terciário não

consegue absorver esse grande número de pessoas em busca de novos postos de trabalho, passa-se a ter um crescimento exacerbado do trabalhador informal.

O trabalhador pesquisador de mercado, nosso objeto de pesquisa, se enquadra no setor terciário como um trabalhador que precisa ter um razoável conhecimento de utilização das ferramentas para pesquisa de campo no comércio, bem como não ter vínculo formal empregatício. Por ser um trabalhador informal, não detém os direitos trabalhistas como férias remuneradas, décimo terceiro salário, e nem um salário fixo registrado em carteira, caracterizando-se como um serviço precarizado como veremos a seguir, a partir de uma contextualização das concepções do que vem a ser o trabalho ao longo da história.

3. O PESQUISADOR DE MERCADO NA NOVA CONJUNTURA ECONÔMICA DE IMPERATRIZ-MA

Conforme já tratamos anteriormente, o trabalho assumiu diferentes formas ao longo da história. O fato do capitalismo se fundamentar na dominação sobre o trabalho faz com que os trabalhadores sejam inseridos num “mercado de trabalho” altamente competitivo com o propósito de vender sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção. No entanto, o mercado formal de trabalho não consegue dar conta da demanda existente. Consequentemente temos uma classe de trabalhadores que está ativamente inserida no mundo do trabalho capitalista, e por outro lado um grande contingente de pessoas que estão à margem do mundo do trabalho nos moldes capitalistas.

Para Marx (2008) esse contingente de pessoas que não conseguem um emprego na fábrica ou comércio é chamado de exército industrial de reserva. Esse exército industrial de reserva é composto por diversos tipos de trabalhadores que ora estão empregados, ora desempregados, por aqueles que estão em constante migração do campo para cidade em busca de empregos, e que ao não encontrar trabalho passam a residir em áreas periféricas das cidades, e por fim é também composto por trabalhadores que não conseguem se inserir no mundo do trabalho em função de não estarem dentro das condições exigidas pelo mercado.

No Brasil as modificações no capitalismo conforme já citado pelos autores utilizados nesse artigo mostram que o mundo do trabalho ficou cada vez mais flexível e precário. Isso decorre do processo de reestruturação do capitalismo e das mudanças trazidas pela revolução digital, promovendo grandes modificações no mundo do trabalho e alargando o contingente

de pessoas que forma o exército industrial de reserva. Muitas dessas pessoas para não viverem fora do mercado sujeitam-se a postos de trabalhos informais em condições precárias.

Conforme Alves (2013, p. 236) a precarização do trabalho é “um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, entretanto, formas de ser no plano da efetividade histórica. Por natureza, a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma de precariedade salarial extrema ou, então, de precariedade salarial regulada”. Conforme veremos no relato de experiência a seguir, é possível enquadrarmos o pesquisador de mercado como um trabalhador que atua nesse contexto de precarização do trabalho, como alguém que exerce sua atividade em um contexto altamente modificado pelas mudanças conforme citado acima.

Conforme também já falamos, em Imperatriz houve mudanças no mundo econômico e do trabalho. A sua economia é bem diversificada e isso facilitou o desenvolvimento do terceiro setor que também foi beneficiado pelas mudanças que ocorreram e que provenientes do processo de urbanização desigual e excludente. É nesse contexto que entendemos a função desenvolvida pelo pesquisador de mercado que analisaremos com mais detalhe nos subtópicos a seguir.

O pesquisador de mercado: precarização existencial e salarial

Partindo da proposta de tentar entender a situação dos trabalhadores que atuam como pesquisadores de mercado na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão, cumpre esclarecer, por se tratar de uma ocupação que compreende várias áreas da atividade econômica, que no caso específico dessa pesquisa estará em investigação as atividades que desenvolvi na empresa pela qual fui contratado e onde atuei na área do comércio de bebidas e também de produtos alimentícios.

Uma descrição sumária de suas tarefas apresenta esse trabalhador como alguém que tem como função realizar atividades de campo efetuando junto aos clientes consultas sobre a qualidade dos produtos vendidos; pesquisa de satisfação, incluindo o atendimento e os preços dos produtos; proposta para um melhor atendimento ao cliente e outras tarefas.

Como prestador de serviço que realiza primordialmente atividades de campo, efetuando mapeamento do mercado, é importante lembrar que esse trabalhador transita pela cidade, indo em diversos empreendimentos comerciais como supermercados, distribuidoras de bebidas, bares e restaurantes para coletar as informações necessárias para análise das dinâmicas e demandas do mercado.

É sobretudo importante ressaltar que esse tipo de atividade desenvolvida pelos pesquisadores de mercado se estruturou dentro de um sistema capitalista que se reestruturou a partir da terceirização do trabalho onde a acumulação de capital se torna cada vez mais flexível. Sobre isso Alves (2011, p. 410) afirma:

A terceirização que ocorre no bojo da nova reestruturação produtiva do capital, na medida em que atinge os coletivos organizados do trabalho, tende a promover uma reordenação socioterritorial dos espaços de produção do capital, implicando não apenas a precarização do trabalho no sentido da corrosão de direitos trabalhistas (inclusive no tocante a negociação coletiva) ou degradação das condições salariais dos homens e mulheres que trabalham, mas também a precarização do trabalho no sentido de debilitamento da consciência de classe dos coletivos de trabalho, tendo em vista que desmonta os *locis* de memória pública e experiências pretéritas de luta de classes.

Desse jeito, o crescimento do trabalho terceirizado favorece o crescimento das condições de trabalho precarizado contribuindo assim para que a classe trabalhadora se torne cada vez mais fragmentada e alienada. Abordar, portanto, a situação dos trabalhadores de pesquisa de mercado na cidade de Imperatriz é sobretudo tentar compreender sua situação dentro dessa fase do sistema capitalista marcado pela terceirização, acumulação flexível do capital e também precarização estrutural e existencial do trabalhador.

Para uma contextualização do nosso objeto de pesquisa apresento a seguir um relato detalhado sobre os principais aspectos e funções do trabalho de pesquisa de mercado. O objetivo é a partir deste relato analisar os principais elementos que apontam para esse processo de precarização do trabalho na cidade de Imperatriz, que no caso desta pesquisa, tem como referência o trabalhador que atua na pesquisa de mercado.

Relato de experiência: minha experiência como pesquisador de mercado

Este relato tem como finalidade apresentar minha trajetória e experiência como trabalhador informal atuando na área de pesquisador de mercado durante um período de um ano na cidade de Imperatriz-MA. Esse relato também tem por finalidade apresentar a condição desse tipo de trabalhador relacionando com as categorias apresentadas no artigo.

Antes, cumpre esclarecer que pesquisador de mercado, trabalhador (informal) que atua no ramo da prestação de serviços, tem seu registro no código brasileiro de ocupação, o CBO², sob número 4241-15 conforme as exigências do Ministério do Trabalho e Emprego e deve,

² O CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

portanto, ter todos os seus direitos respeitados e assegurados conforme ordena a legislação do trabalho no Brasil.

Meu início de trajetória como pesquisador de serviços foi no dia 07/03/2019 vinculado a empresa GERP Soluções LTDA, esta, contratada da AmBev para realizar esse serviço de verificação de lojas que vendiam produtos da AmBev durante todo ano de 2019 período em que estive vinculado a essa empresa. Devidamente contratado pela empresa, ao me apresentar nos pontos de vendas (PDV), lojas que vendiam produtos AmBev, deveria possuir identificação com crachá da empresa e saber manusear o software GerpAudit aplicativo onde eu armazenava as informações recolhidas.

Ao chegar nos estabelecimentos deveria tirar algumas fotos, uma da fachada da loja, e a outra deveria ser uma *self* onde deveria aparecer minha identificação de pesquisador e a imagem da loja ao fundo para comprovar minha ida ao estabelecimento. No interior da loja deveria fotografar os freezers, gôndolas e demais prateleiras onde estavam depositados os produtos AmBev. De modo geral deveria efetuar: a) verificação da presença de produtos nos checkouts e gôndolas; b) verificação da participação dos produtos nos checkouts e gôndolas; c) verificação de ativações de pontos extras e d) comprovações com foto.

O número total de estabelecimentos auditados durante o mês variava. As visitas eram realizadas durante a semana, quando eu percorria vários bairros da cidade de Imperatriz. Era importante cumprir o prazo estabelecido para realizar as visitas porque os meus recebimentos era conforme minha produção. As visitas eram realizadas de motocicleta com combustível e a manutenção por minha responsabilidade, a empresa não tinha qualquer responsabilidade com isso. Esse fato reforça a ideia de Alves e Selegrin (2011) de que a precarização não é apenas em relações à perda de direitos trabalhistas e pauperização das condições de trabalho, mas também a condição existencial do trabalhador, pois atinge sua existência do trabalhador e o expõe a situações de risco de sua própria vida para ter direito a um salário ao final do mês.

A seguir apresento uma tabela que abrange os meses de abril a setembro construída a partir de documentos pessoais que apresenta um retrato dos prazos determinados para realização das visitas, e dos meus recebimentos conforme o trabalho realizado.

Tabela 1- Total de auditorias e remuneração

Período	Total de estabelecimentos	Valor por visita	Ajuda de custo	Total da remuneração
---------	---------------------------	------------------	----------------	----------------------

09/04 a 16/04 de 2019	50	4,00	0,70	235,00
09/05 a 18/05 de 2019	60	4,00	1,00	300,00
12/06 a 25/06 de 2019	108	4,00	1,00	540,00
08/07 a 23/07 de 2019	130	4,00	1,00	650,00
08/08 a 17/08 de 2019	70	4,00	1,00	350,00
05/09 a 21/09 de 2019	90	4,00	1,00	450,00

Fonte: arquivo pessoal do autor

De acordo com a tabela, o valor de remuneração por cada auditoria nos pontos de venda era cerca de quatro reais e a ajuda de custo variou entre 0,70 centavos e um real. O valor da remuneração era o valor total por cada visita somados com a ajuda de custo que devia ser realizada dentro da data de início e término. Caso não conseguisse fazer todas as visitas ou se alguns estabelecimentos não fossem registrados ou auditorados conforme as diretrizes da empresa responsável pelas auditorias eu recebia apenas o valor referente as pesquisas concluídas.

Ao terminar essas visitas a GERP me dava a tarefa de fazer esse mesmo serviço em outros tipos de estabelecimentos comerciais, geralmente no ramo do comércio de alimentos. Por esse serviço eu recebia um valor fixo de quinhentos reais, o que me ajudava na complementação da renda do mês.

Nesse segundo projeto atuava representando a empresa Mondelez, também como pesquisador, onde fazia registros fotográficos dos produtos da marca e por meio de aplicativo registrava informações sobre como os produtos dessa marca que estavam distribuídos nos pontos de venda. Os pontos de vendas em que eram realizados este trabalho estavam situados longe do meu domicílio. Nesse sentido, todos os meses, tendo como condução apenas minha motocicleta me deslocava de Imperatriz para a realização das visitas nesses pontos de venda, arcando sempre com os custos de manutenção, alimentação de minha ida e vinda durante todo meu tempo de trabalho. Essas viagens eram realizadas uma vez por mês, como acordado. As cidades que eu visitava eram: Açailândia, campestre e Ribeirãozinho. Mais uma vez o trabalhador é colocado em situação de risco em prol do lucro capitalista, configurando-se como uma completa subsunção do trabalho pelo capital (ANTUNE; ALVES, 2004).

Durante esse tempo de trabalho nas duas empresas GERP e Mondelez não tive a carteira de trabalho e previdência social (CTPS) assinada e consequentemente não tive o fundo de garantia pelo tempo de serviço (FGTS) depositado. O valor mensal da *guia* da previdência social (GPS) conforme exigido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não era, portanto, recolhido em razão de não trabalhar nessa empresa com carteira devidamente assinada. Outros direitos como férias e décimo terceiro também não eram pagos. Minha experiência nessa empresa durou cerca de um ano. Ao ser desvinculado não tive qualquer recebimento de direitos trabalhistas.

Por se tratar de um trabalho onde eu não tinha qualquer direito trabalhista e recebia um valor abaixo do que precisava para suprir as necessidades básicas da minha família, é possível afirmar que se trata de uma condição de trabalho precarizada (ALVES, 2009) e pauperizada (MARX, 2008). Esse relato aponta também para a necessidade de melhoramento das fiscalizações e do poder público com relação ao trabalho de pessoas que vivem em condições paupérrimas sem nenhum direito trabalhista.

Seguindo as considerações de Alves (2013) que afirma que a precarização do trabalho é sobretudo estrutural, social e existencial, é totalmente possível através desse relato de experiência considerar que como pesquisador de mercado desenvolvi atividades em condições de trabalho precarizada, visto que em minha experiência como pesquisador de mercado não tinha direitos de trabalho assegurados, recebia uma remuneração abaixo do que precisava e também atuava em condições de risco.

Para além da condição de trabalho precarizado, é importante ressaltar também que minha condição de trabalho estava vinculada a estrutura de terceirização do trabalho criada e imposta pelo sistema capitalista que se reestrutura a partir da acumulação flexível do capital:

Para além da dimensão meramente contingente, a terceirização aparece, no plano imanente da formação do valor, como manifestação necessária de um novo modo de acumulação capitalista: a dita “acumulação flexível” que, em sua dimensão política, é uma ofensiva do capital na produção. A fragmentação do coletivo de classe altera, em sua morfologia social, a dinâmica (e forma de ser) da luta de classes em sua dimensão contingente e necessária. (ALVES, 2011, p.411)

No caso do trabalhador que atua no ramo da pesquisa de mercado, suas condições de trabalho apontam claramente para essa condição de trabalho precarizado visto que a empresa que me contratou tinha poucas responsabilidades com minha condição humana enquanto trabalhador, desrespeitando e até mesmo anulando direitos trabalhistas conquistados

arduamente pela classe trabalhadora. Por sua vez essa condição de trabalho está atrelada a estrutura de acumulação flexível do capital que para existir precisa colocar o trabalhador numa situação de trabalho totalmente desvinculada de direitos e expostas a essas condições de trabalho precário conforme descrevemos até aqui.

Nesse sentido entende-se que o caso de trabalhadores, como o pesquisador de mercado, que atuam sem qualquer comprometimento da empresa em questões que envolve direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho é uma situação que só existe porque o sistema capitalista com suas transformações e processo de reestruturação contribui para esse processo de precarização do trabalho. Esse tipo de trabalho terceirizado e precarizado favorece o processo de acumulação flexível do capital, na medida em que “é movido, de imediato, pela redução de custos salariais das organizações capitalistas no sentido da adoção de estratégias meramente defensivas tendo em vista a recomposição das margens de lucro” (ALVES, 2011, p. 411).

Desse modo a análise deste tipo de atividade que desenvolvi nas empresas mostram que o trabalho terceirizado também atinge as médias cidades brasileiras e se trata de um fenômeno que tem ligação com o processo de reestruturação do capital que traz consigo consequências negativas para a classe trabalhadora fomentando ainda mais a sua exploração.

Por fim, o estudo de caso apresentado nesse artigo por meio do meu relato de experiência é um exemplo que aponta para essa nova condição e configuração do trabalho. Ainda que não foi possível realizar uma pesquisa mais profunda sobre o tema, podemos através do que foi relatado até aqui apresentar alguns dados e informações sobre como tem sido a situação de muitos trabalhadores na cidade de Imperatriz- MA. Acredito que esse tema, no entanto pode ser trabalhado ainda mais por outros pesquisadores que queiram conhecer um pouco mais de como tem sido o mercado de trabalho e a condição de vida de muitos que atuam em ramos que sofreram com o processo de terceirização.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo apresentar uma discussão sobre a precarização das condições de trabalho tendo como base uma pesquisa bibliográfica qualitativa e relato de experiência sobre as condições do pesquisador de mercado, este, classificado como trabalhador informal, no contexto da nova conjuntura econômica da cidade de Imperatriz - MA.

Nesse sentido foi apresentado uma breve discussão acerca conceito sociológico do trabalho a partir de Marx, em que o trabalho é apresentado como uma condição ontológica do ser humano, que para suprir suas necessidades básicas realiza atividades físicas e mentais com intuito de produzir tudo aquilo que necessita para suprir suas condições materiais de existência.

O trabalho, no entanto, assumiu várias configurações ao longo da história, conforme já relatamos no texto. No capitalismo, o ser humano vende sua força de trabalho em troca de um salário para que possa suprir suas necessidades básicas de existência. As crises estruturais do capitalismo traduzem-se como crises no mundo do trabalho, aumentando o contingente de trabalhadores pauperizados, desempregados e sub empregados. Conforme Marx, "Quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista" (MARX, 2008, p. 129).

Um dos fenômenos gerados por tantas mudanças que ocorrem no seio da sociedade do capital é a precarização do trabalho, que faz com que o trabalhador não se sinta como pertencente ao proletariado. Nesse sentido, sua luta pode se tornar sem sentido e enfraquecida. A terceirização também é resultado dessas mutações do capitalismo. Diante disso, quem mais perde é a classe trabalhadora, que depende do trabalho para sua sobrevivência e se vê totalmente presa às condições estabelecidas pela lógica do mercado. Por outro lado, o processo de acumulação se torna cada vez mais flexível as custas da perda de direitos trabalhistas.

Tendo em vista tudo isso realizamos uma breve análise sobre o desenvolvimento econômico de Imperatriz, fazendo diálogo entre a função do pesquisador de mercado ante essa nova conjuntura econômica da cidade, sobretudo pelo fato de esclarecer que o mesmo é classificado como trabalhador informal e que atua no ramo da prestação de serviços, estes, em condição de trabalho precarizado conforme visto no relato de experiência. O que nos levou a concluir que nesse tipo de trabalho os direitos trabalhistas, conforme a experiência relatada, não são assegurados nem respeitados.

Para sobreviver e ter condições de produzir e reproduzir sua existência, o trabalhador precisa se expor, correndo o risco de perder sua vida, seja no trabalho ou em função do trabalho, como é o caso aqui relatado em que o trabalhador, para cumprir seu trabalho e atingir as metas que lhe são impostas, precisa se locomover não apenas dentro de sua própria cidade, mas até mesmo para cidades vizinhas.

O presente artigo, portanto, apresentou uma amostra sobre a condição desse tipo de trabalho informal e precarizado. Para termos um diagnóstico mais profundo é preciso realizar uma pesquisa mais sistemática e vasta sobre o tema. Para as pretensões dessa pesquisa entendemos que nossas aspirações foram concretizadas.

Referências bibliográficas

ALVES, G. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013.

ALVES, G.; SELEGRIN, E. A condição de proletariedade: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 71-90, Jan./Jun. 2011.

ALVES, G. Trabalho e Reestruturação Produtiva no Brasil Neoliberal – Precarização do Trabalho e Redundância salarial. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009.

ALVES, G. terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Revista Estud. sociol.** Araraquara, v.16, n.31, p.409-420, 2011.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. ADEUS AO TRABALHO? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BORGES, CARNIELLO, TADEUCCI. **Caracterização do Desenvolvimento Industrial do Município de Imperatriz – MA: uma análise dos últimos 13 anos**, 2014.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, nº 58, p.171 – 190, jan. / abr. 2010.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2005.

MARX, Karl. **Exército Industrial de Reserva.** Grandes cientistas sociais. Octávio Ianni (org.). São Paulo: Ed. Ática, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural 1996.

SILVA, Ana Paula Londe. Um estudo do conceito de trabalho e da concepção do processo de trabalho na Grécia Antiga e em Marx. UFMG, Belo Horizonte: 2012.